



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio da **Secretaria de Estado da Educação**, doravante denominada SEDU, com sede na Av. César Hilal, nº 1111, Santa Lúcia, Vitória, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para a **contratação de empresa especializada em fornecimento de apólice de seguro para acobertar os 15 (quinze) caminhões da frota própria da SEDU, contemplando coberturas para casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, cobertura de vidros, franquia dos veículos e assistência 24 horas**, ID da Contratação 2025.500E0600020.01.0076, conforme processo E-Docs nº 2025-TDN6K, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em fornecimento de apólice de seguro para acobertar os 15 (quinze) caminhões da frota própria da SEDU, contemplando coberturas para casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, cobertura de vidros, franquia dos veículos e assistência 24 horas, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

1.3 - Os **preços máximos admitidos** para a presente licitação são os que constam no Anexo I deste Edital.

1.4 - Data da sessão pública: **18 de dezembro de 2025; às 10:00h.**

1.5 - O modo de disputa será o **aberto**.

1.6 - Esta licitação será julgada sob o critério de **menor preço por grupo de itens**.

1.7 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da Secretaria de Estado da Educação a cargo do Programa de Trabalho nº 10.42.101.12.122.0032.2175, Natureza nº 339030 e Fonte 500 do orçamento da SEDU para o exercício de 2025.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Somente poderão participar **pessoas jurídicas que possuam autorização válida expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aptas ao exercício das atividades de seguradora ou corretora de seguros**, conforme regulamentação vigente.

2.6 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 3º, § 4º, inciso VIII, da Lei 123/2006.

2.7 - Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 - Corretores de seguro, em atenção ao disposto no artigo 122 do Decreto Lei nº 213/2025;

2.7.3 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.4 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.7.9 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.8 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/ 2006.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10.3 - O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão-de-



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

obra necessária à execução da obra ou serviço advindos do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

4.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

- Item 1 - R\$ 8,00 (oito reais)
- Item 2 - R\$ 10,00 (dez reais)
- Item 3 - R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos)
- Item 4 - R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos)
- Item 5 - R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos)
- Item 6 - R\$ 13,00 (treze reais)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Item 7 - R\$ 13,00 (treze reais)
- Item 8 - R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos)
- Item 9 - R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos)
- Item 10 - R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos)
- Item 11 - R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos)
- Item 12 - R\$ 6,00 (seis reais)
- Item 13 - R\$ 6,00 (seis reais)
- Item 14 - R\$ 6,00 (seis reais)
- Item 15 - R\$ 9,00 (nove reais)

5.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10 - Para o envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

5.15 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.18 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

5.18.5 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 - SICAF;

6.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

6.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela



prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

6.4 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 - conter vícios insanáveis;

6.4.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5 - O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.6 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos previstos no **Anexo II deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

7.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

7.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

7.6 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6.1 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

7.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.10 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

7.11 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

8.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

9 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

9.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

9.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

9.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

10.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5 - fraudar a licitação;

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

10.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

10.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

10.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

10.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

10.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.



11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail pregao.sedu@sedu.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

11.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

11.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

12.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

12.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I do Termo de Referência – Requisitos de Habilitação

Anexo II do Termo de Referência – Detalhamento do Seguro

Anexo II – Modelos do Edital

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

Vitória – ES, 03 de dezembro de 2025

Thaiz Oliveira Martins Charpinel

Agente de Contratação/Pregoeira – SEDU



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Serviços conforme tabela abaixo, consistentes na contratação de empresa especializada no fornecimento de apólice de seguro para os 15 (quinze) caminhões da frota própria da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), incluindo coberturas de casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, vidros, franquia e assistência 24 horas, **em conformidade com as condições e exigências deste Termo de Referência.**

1.2 - Para fins de disputa, adotar-se a planilha apresentada abaixo:

GRUPO	ITEM	QUANT	Descrição/Especificação	Qtd	Cód. SIADES	Cód. Compras GOV	Valor unit. Máximo por item	Valo total por item
1	1	1	Seguro Para Caminhão Agrale A 10.000, fabricação 2016, Placa PPV 1000	1	280568	30127	R\$ 7.972,49	R\$ 7.972,49
	2	1	Seguro Para Caminhão Agrale A A8700 P8, fabricação 2023, Placa SGD0C14;	1	280568	30127	R\$ 10.073,64	R\$ 10.073,64
	3	1	Seguro Para Caminhão Agrale A A8700 P8, fabricação 2023, Placa SGD0C21;	1	280568	30127	R\$ 13.772,18	R\$ 13.772,18
	4	1	Seguro Para Caminhão WV, Constellation, fabricação 2019, Placa QRJ 3J27	1	280568	30127	R\$ 10.535,85	R\$ 10.535,85
	5	1	Seguro Para Caminhão WV, Constellation, fabricação 2019, Placa QRJ 3I99	1	280568	30127	R\$ 12.558,96	R\$ 12.558,96
	6	1	Seguro Para Caminhão WV, delivery, fabricação 2021, Placa RQR9D17	1	280568	30127	R\$ 13.163,69	R\$ 13.163,69
	7	1	Seguro Para Caminhão WV, delivery, fabricação 2021, Placa RQR9D18	1	280568	30127	R\$ 13.163,69	R\$ 13.163,69
	8	1	Seguro Para Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH4J55	1	280568	30127	R\$ 14.718,95	R\$ 14.718,95
	9	1	Seguro Para Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H34	1	280568	30127	R\$ 13.687,50	R\$ 13.687,50



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

10	1	Seguro Para Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H36	1	280568	30127	R\$ 13.687,50	R\$ 13.687,50
11	1	Seguro Para Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H43	1	280568	30127	R\$ 13.687,50	R\$ 13.687,50
12	1	Seguro Para Caminhonete M L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ6E10;	1	280568	30127	R\$ 5.880,99	R\$ 5.880,99
13	1	Seguro Para Caminhonete M L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ8E14	1	280568	30127	R\$ 5.880,99	R\$ 5.880,99
14	1	Seguro Para Caminhonete M L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ8E17	1	280568	30127	R\$ 5.880,99	R\$ 5.880,99
15	1	Seguro Para Furgão RENAULT/MASTER PRO L2, fabricação 2024, Placa SGF3B32	1	280568	30127	R\$ 8.963,80	R\$ 8.963,80
Valor Total Grupo 1:						R\$ 163.628,72	

1.3 - Os seguintes itens serão agrupados:

1.3.1 - Grupo Único: Itens referentes à contratação de empresa especializada em fornecimento de apólice de seguro para acobertar os 15 (quinze) caminhões da frota própria da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), contemplando coberturas para casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, cobertura de vidros, franquias dos veículos e assistência 24 horas.

1.3.2 - O A justificativa para o agrupamento em grupo único consiste na necessidade de uniformizar e otimizar a contratação do seguro da frota de caminhões da SEDU, considerando que todos os veículos possuem características técnicas e finalidades semelhantes, demandando coberturas equivalentes e condições contratuais padronizadas.

1.3.2.1 - A unificação em um único grupo assegura **maior eficiência administrativa, facilidade na gestão e fiscalização das apólices, racionalização dos custos, e padronização das coberturas**, garantindo também que a seguradora contratada possua autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e experiência comprovada na execução de seguros dessa natureza.

1.3.2.2 - Além disso, o agrupamento contribui para a **economicidade e competitividade do certame**, permitindo à Administração a obtenção de propostas mais vantajosas e a centralização da gestão do contrato, evitando fragmentações que poderiam gerar desequilíbrios operacionais ou contratuais.

1.4 - Conforme o Anexo II, o agrupamento foi mantido em grupo único, considerando a similaridade das coberturas, a identidade de finalidade dos veículos, e a vantagem técnica e econômica decorrente da



consolidação da apólice, atendendo integralmente à recomendação dos órgãos de controle e às diretrizes de eficiência e economicidade da Lei nº 14.133/2021.

1.5 - **O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano**, contado do dia posterior à publicação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 - O objeto desta contratação — fornecimento de apólice de seguro veicular para a frota descrita — caracteriza-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir **padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos** e amplamente praticados no mercado segurador. As condições, coberturas, procedimentos de assistência, limites indenizatórios, critérios de franquia e demais elementos técnicos são **padronizados pelas seguradoras** e regulamentados pela **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, permitindo a definição precisa das especificações no Termo de Referência e a comparação objetiva das propostas apresentadas.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Considerando que atualmente está SEDU possui 11 (onze) caminhões, 1 (um) Furgão e 3 (três) Caminhonetes todos próprias que são utilizados para o atendimento das demandas de entrega de bens móveis e de consumo, remanejamento e recolhimento de bens móveis e de inservíveis nas unidades escolares e administrativas, localizadas nos 78 (setenta e oito) municípios que integram o Estado do Espírito Santo.

2.2 - Considerando que a maior parte das operações são executadas por motoristas e ajudantes de caminhão pertencentes à empresa terceirizada, responsáveis, respectivamente, pela condução dos caminhões e pela movimentação de bens.

2.3 - Considerando que o seguro veicular é uma alternativa para que a Administração Pública possa precaver-se de eventuais sinistros que possam ocorrer durante o uso continuado dos caminhões, em especial, em virtude da existência das constantes viagens ao interior do Estado;

2.4 - Considerando que na ocorrência de acidente fatal, acidente que provoque invalidez das pessoas envolvidas ou danos a terceiros, danos morais e responsabilidade civil da Administração Pública estaria, a priori, acobertada;

2.5 - Resta, portanto, demonstrado o interesse público na Contratação de empresa especializada no fornecimento de apólice de seguro para acobertar os veículos da frota própria desta Secretaria de Estado da Educação (SEDU), pelo período de 12 (doze) meses, incluindo pagamento de 100% da tabela FIPE (Fipe é uma organização privada sem fins lucrativos que criou a Tabela Fipe, uma referência de preços de veículos novos e usados), referente ao casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, cobertura de vidros, franquia dos veículos, assistência 24 horas.

2.6 - Dessa forma, busca-se segurar a frota de veículos oficiais da Secretaria de forma a mitigar os riscos nos quais a Administração incorre, inclusive sob terceiros, de danos ao patrimônio público e particular. Portanto, os resultados esperados são prover condições adequadas para o funcionamento da Secretaria de Educação, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos usuários.



3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 - A descrição da solução como um todo abrange a contratação do serviço de seguro automotivo, **pelo período de 12 (doze) meses**, para atender à necessidade mencionada, optamos por contratar uma empresa especializada em seguro veicular. Essa escolha foi feita para garantir que todos os requisitos estabelecidos sejam atendidos, proporcionando proteção completa aos 11(onze) caminhões, 1 (um) furgão e 3 (três) caminhonetes. A solução adotada atende aos critérios e destaca-se por oferecer tranquilidade e segurança a todos os motoristas e passageiros, protegendo contra qualquer eventualidade que possa surgir.

4 - REQUISITOS TÉCNICOS

Da Subcontratação

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, **em conformidade com o art. 121, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando que a execução do serviço de **seguro veicular** demanda **atuação direta da empresa seguradora contratada**, responsável pela emissão e gestão das apólices.

4.2 - A vedação justifica-se pela **natureza personalíssima** do objeto, que envolve **responsabilidade técnica exclusiva da seguradora** quanto à cobertura dos riscos, regulação e liquidação de sinistros, não sendo possível a transferência dessas obrigações a terceiros sem comprometer a segurança jurídica e a eficiência da execução contratual

Da Sustentabilidade

4.3 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.4 - A contratada deverá adotar práticas de gestão ambiental e social responsáveis, assegurando o uso racional de recursos naturais, a redução da geração de resíduos e a mitigação de impactos ambientais e sociais decorrentes da execução contratual, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.5 - Sempre que possível, deverá ser priorizado o uso de meios eletrônicos para comunicações, registros e envio de documentos, reduzindo o consumo de papel e de insumos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a eficiência administrativa.

Da Participação em Consórcio

4.6 - Nos termos do art. 27, inciso VI, do **Decreto Estadual nº 5.352-R/2023** e do art. 15, §2º, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, **fica vedada a participação de empresas em consórcio**, considerando:

- A centralização da responsabilidade técnica e contratual em uma única pessoa jurídica, com poderes plenos para emissão da apólice e gestão de sinistros;
- A obrigatoriedade de autorização individual da seguradora junto à SUSEP;
- A necessidade de resposta imediata e padronizada nos atendimentos, o que inviabiliza a divisão de



obrigações contratuais.

Do tratamento Diferenciado às Microempresas e empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

4.7 - Considerando que o objeto do presente certame consiste na contratação de **apólice de seguro veicular**, somente poderão participar **pessoas jurídicas que possuam autorização válida expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aptas ao exercício das atividades de seguradora ou corretora de seguros**, conforme regulamentação vigente. O tratamento favorecido e diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 **não se aplica** quando a natureza do objeto exigir **credenciamento, autorização ou regulamentação específica**, como ocorre no setor de seguros.

4.8 - Fica expressamente vedada a participação de **pessoas físicas, empresários individuais (EI), Microempreendedores Individuais (MEI)**, bem como de **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que não possuam a autorização SUSEP** exigida. Tais categorias, por sua forma jurídica ou por restrições legais de atuação, **não detêm habilitação regulatória** para a prestação dos serviços objeto desta contratação, cuja execução é privativa de empresas seguradoras e corretoras devidamente autorizadas pela SUSEP.

Da Garantia de Execução

4.9 - Não será exigida a garantia contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021. A contratação de apólice de seguro veicular, por sua natureza e regulamentação própria, não demanda a prestação de garantia, conforme fundamentos do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a apólice somente produz efeitos mediante pagamento do prêmio e emissão formal pela seguradora, o que já constitui garantia suficiente do início de vigência contratual, não havendo risco relevante que justifique a imposição de garantia adicional.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Condições de Execução:

5.1.1- A execução contratual observará as condições estabelecidas neste Termo de Referência e as normas aplicáveis ao contrato de seguro, devendo a apólice contemplar, no mínimo, as seguintes informações e requisitos técnicos:

a) Inclusão, na apólice, da identificação e descrição detalhada de cada veículo da frota, conforme listado a seguir:

- Caminhão Agrale A 10.000, fabricação 2016, Placa PPV 1000;
- Caminhão Agrale A A8700 P8, fabricação 2023, Placa SGD0C14;
- Caminhão Agrale A A8700 P8, fabricação 2023, Placa SGD0C21;
- Caminhão WV, Constellation, fabricação 2019, Placa QRJ 3J27;
- Caminhão WV, Constellation, fabricação 2019, Placa QRJ 3I99;
- Caminhão WV, delivery, fabricação 2021, Placa RQR9D17;
- Caminhão WV, delivery, fabricação 2021, Placa RQR9D18;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH4J55;
- Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H34;
- Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H36;
- Caminhão M. Benz, ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H43;
- Caminhonete M L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ6E10;
- Caminhonete M L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ8E14;
- Caminhonete M L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ8E17;
- Furgão RENAULT/MASTER PRO L2, fabricação 2024, Placa SGF3B32.

b) **Indicação da tabela de referência (FIPE) e**, quando aplicável, da tabela substituta, com identificação da respectiva fonte de publicação;

c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de referência para cobertura de casco, sendo este de, no mínimo, 100% (cem por cento);

d) Apresentação dos prêmios discriminados por cobertura;

e) Indicação da franquia aplicável, por tipo de cobertura;

f) Informações sobre bônus, quando houver;

g) Estabelecimento dos limites de indenização por cobertura, devendo contemplar, no mínimo:

Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

- Danos materiais;
- Danos pessoais.

Acidentes Pessoais por Passageiro (APP):

- Indenização por morte, por pessoa;
- Indenização por invalidez permanente, por pessoa.

5.1.2 - A execução do contrato se dará de forma contínua e ininterrupta, com início em até 30 (trinta) dias após a emissão da apólice de seguro.

5.1.3 - A contratada deverá emitir as apólices de seguro dos veículos da frota da SEDU a partir da data de formalização e assinatura do contrato. As apólices poderão ser emitidas de forma individual ou coletiva, conforme estabelecido no instrumento contratual, e deverão conter todas as coberturas exigidas neste Termo de Referência.

5.1.4 - A seguradora deverá disponibilizar plataforma digital de gestão de apólices, com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) Consulta e atualização de dados;

b) Gerenciamento de sinistros;

c) Registro imediato de ocorrências;

d) Acompanhamento de solicitações;

e) Análise e resposta dentro do prazo máximo definido no contrato.



5.2 - Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2.1 - A cobertura do seguro deverá abranger **todo o território nacional**, conforme estipulado nas apólices, incluindo cobertura para:

- a) Danos materiais e corporais;
- b) Roubo, furto, colisão e incêndio;
- c) Responsabilidade civil contra terceiros;
- d) Assistência 24 (vinte e quatro) horas.

5.2.2 - Os **atendimentos administrativos** (suporte técnico, acompanhamento de sinistros, inclusão/exclusão de veículos, emissão de boletos e outros) deverão ocorrer preferencialmente por **meio digital e/ou telefone**, com disponibilidade em **dias úteis, das 8h às 18h (horário de Brasília)**.

5.2.3 - A **assistência veicular emergencial** (guincho, chaveiro, pane seca, troca de pneus, socorro mecânico ou elétrico, transporte alternativo, hospedagem emergencial, entre outros) deverá ser prestada **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em todo o território nacional**.

5.3 - Materiais, Recursos e Sistemas a Serem Disponibilizados

5.3.1 - A contratada deverá fornecer, **sem ônus adicional à Administração**:

- a) Apólice(s) de seguro com detalhamento completo das coberturas, franquias, limites de indenização, prazos e exclusões;
- b) Sistema digital de gestão de seguros, com acesso concedido ao órgão contratante;
- c) Equipe técnica especializada, com profissionais habilitados para suporte ao fiscal do contrato, participação em reuniões técnicas e esclarecimentos operacionais.

5.4 - Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

5.4.1 - As informações específicas que subsidiam a formulação da proposta encontram-se detalhadas no Anexo II deste Termo de Referência.

6 - MODELO DE GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações sobre as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias para execução do objeto, o plano complementar de execução da contratada, quando houver, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, entre outros.

6.5 - Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



6.5.1 - A contratada deverá encaminhar ao gestor do contrato, sempre que solicitado, cópia atualizada da apólice e respectivos endossos, comprovando a manutenção das coberturas, limites e condições previstas neste Termo de Referência, bem como eventuais alterações cadastrais ou de situação junto à SUSEP.

6.5.2 - O gestor e o fiscal do contrato deverão acompanhar a vigência e a regularidade da apólice, verificando o cumprimento das obrigações contratuais e a manutenção das garantias e coberturas estabelecidas, especialmente quanto ao pagamento tempestivo dos prêmios, à emissão de endossos e à tramitação dos sinistros.

6.5.3 - Em caso de ocorrência de sinistro, a contratada deverá ser imediatamente comunicada pelo gestor ou fiscal do contrato, devendo prestar todas as informações, orientações e suporte necessários à abertura do processo de sinistro, bem como acompanhar o andamento até a liquidação da indenização. O gestor do contrato deverá registrar e acompanhar todas as comunicações e providências adotadas, assegurando que os prazos e obrigações contratuais sejam devidamente cumpridos.

6.6 - A execução do instrumento contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

7.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2 - Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico **e da conformidade da execução do serviço** com as normas e condições estabelecidas no contrato, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 5 (cinco) dias.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2, **após a verificação da adequada prestação do serviço, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos**, com consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

7.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8 - O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Nota Fiscal

7.9 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 - o prazo de validade;

7.9.2 - a data da emissão;

7.9.3 - os dados do instrumento contratual e do órgão contratante;

7.9.4 - o período respectivo de execução do instrumento contratual;

7.9.5 - o valor a pagar; e

7.9.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

Do Prazo de Pagamento

7.13 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 34 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.14 - Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do instrumento contratual deve especificar a data de vencimento da obrigação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

7.15 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.16 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.17 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.18 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

Da Forma de Pagamento

7.19 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio de **licitação na modalidade Pregão**, sob a **forma eletrônica**, conforme art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de objeto comum, com especificações usuais no mercado.

Será adotado o **critério de julgamento de menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da referida Lei.

Quanto ao **modo de disputa**, será adotado o **modo aberto**, conforme art. 56, §1º, inciso I, da mesma Lei, o qual favorece maior competitividade e economicidade à Administração Pública



Proposta Mínima Permitida

8.2 - Não será admitida a apresentação de proposta com quantitativo inferior ao limite máximo previsto no item 1 deste Termo de Referência, em atenção à integralidade da execução contratual;

Da Forma de Fornecimento

8.3 - O fornecimento do objeto ocorrerá de forma **integral**, após emissão da ordem de execução do serviço, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Regime de Execução

8.4 - O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço unitário**, conforme art. 6º, inciso XXIII, alínea "h", da Lei Federal nº 14.133/2021, e arts. 27, incisos II e III, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, considerando a possibilidade de medição por unidade e a natureza continuada do fornecimento/serviço.

Exigências de Habilitação

8.5 - No presente processo de seleção, os requisitos de habilitação são indispensáveis para garantir a escolha de fornecedores tecnicamente e juridicamente aptos ao pleno cumprimento do objeto contratual. Essas exigências visam resguardar o erário, mitigar riscos inerentes à execução do contrato e assegurar a proteção do interesse público, em conformidade com o princípio da supremacia do interesse público e com as normas aplicáveis da SUSEP.

8.6 - O fornecedor deverá comprovar todos os requisitos de habilitação descritos neste Termo de Referência, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor estimado da contratação é de **R\$ 163.628,72 (cento e sessenta e três mil e seiscentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos)**, correspondente ao custo total da apólice de seguro, conforme média aritmética simples obtida a partir de **três cotações de preços**, em conformidade com os artigos **32 a 40 do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023**.

9.2 - As cotações foram inicialmente solicitadas com o objetivo de estimar o custo da contratação de empresa especializada no fornecimento de apólice de seguro para cobertura da frota de veículos da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), conforme especificações constantes no Processo nº 2025-TDN6K, peças #79 a #87.

9.3 - Ressalta-se que o valor estimado apresentado neste Termo de Referência foi devidamente apurado a partir da referida pesquisa de mercado e validado pela Subgerência de Compras (SUCOM), em conformidade com as competências regimentais e os fluxos estabelecidos no âmbito da SEDU

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - A presente contratação tem o objetivo estratégico gerencial de “modernizar a infraestrutura administrativa, propiciando ambientes adequados, acessíveis e seguros”, como assegurado no Mapa Estratégico 2023-2026 e está prevista no Plano Anual de Contratações SEDU 2025, publicada no sítio eletrônico www.sedu.es.gov.br, com o código identificador 2025-PCA-SEDU 306.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

10.2 - Além disso, encaixa-se no Plano Plurianual (PPA) 0032 – Gestão e Suporte Educacional, através do plano de trabalho 12.122. 0032. 2175 (manutenção das unidades central e regionais), natureza de despesa 339039, Grupo de despesa: 3, fonte de recurso: 1500, e subelemento 69.

10.3 - Tendo a Lei orçamentária anual de 2025 a Lei Nº 12.329, de 26 de dezembro de 2024.

11 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Eventuais falhas de execução, inexecução parcial ou total da apólice de seguro contratada estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - Considera-se infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da apólice;
- b) Der causa à inexecução parcial que acarrete grave dano ao patrimônio segurado ou ao interesse público;
- c) Der causa à inexecução total da apólice;
- d) Retardar a execução ou emissão de coberturas sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declarações falsas durante a vigência da apólice;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do seguro;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

11.3 - As sanções aplicáveis às infrações acima incluem:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 11.2, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 11.2, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021)

d) Multa:

11.3.1 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.3.2 - O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do instrumento de contratação por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

11.3.3 - multa compensatória: 3% do valor do instrumento de contratação;

11.3.4 - multa por inexecução total do instrumento contratual: 10% do valor do instrumento de contratação;

11.3.5 - multa para infração da alínea “b”: 3% do valor do instrumento de contratação;

11.3.6 - multa para infrações da alínea “d”: 1% do valor do instrumento de contratação;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

11.3.7 - multa para infração da alínea “a”: 1% do valor do instrumento de contratação.

11.4 - A aplicação das sanções previstas no instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

11.5 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 11.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.6 - Caso o valor das multas aplicadas e das indenizações devidas seja superior ao montante eventualmente a pagar pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

11.7 - Antes do encaminhamento para cobrança judicial, a multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da notificação formal expedida pela autoridade competente.

11.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos, do art. 158, da Lei Federal nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

11.8.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

11.8.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

11.8.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 11.3 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

11.8.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

11.8.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

11.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.10 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

11.11 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e às indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

11.13.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

11.14 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento contratual, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

12 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

12.1 - Conforme estabelecido pelo art. 27, inciso X, do Decreto Estadual n.º 5.352-R, de 28 de março de 2023, o Instrumento de Medição e Registro (IMR) não é considerado um item de obrigatoriedade para todos os processos, permitindo sua dispensa mediante justificativa adequada. O objetivo do decreto é evitar a burocratização excessiva em situações em que os mecanismos já implementados são suficientes para garantir o controle e o acompanhamento das atividades contratadas.

12.2 - A dispensa do IMR é plenamente justificada pela adequação dos processos de inspeção e verificação já estabelecidos. Esses processos são robustos e abrangentes o bastante para assegurar que os requisitos contratuais sejam rigorosamente atendidos, sem a necessidade de um instrumento adicional de controle. A eficácia desses processos garante o monitoramento adequado do cumprimento das obrigações contratuais, assegurando a aplicação de penalidades em caso de descumprimento.



12.3 - Além disso, a não utilização do IMR não afeta a gestão ou execução do instrumento contratual, tampouco compromete a Ordem de Fornecimento. O monitoramento e a fiscalização já ocorrem de maneira eficaz por meio de controles previamente estabelecidos, que garantem o acompanhamento das entregas e serviços, bem como o cumprimento das obrigações contratuais por parte dos fornecedores.

13 - GERENCIAMENTO DE RISCOS OU MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

13.1 - As informações sobre a análise de riscos e a matriz de alocação de riscos encontram-se respectivamente nos Anexos III e IV.

14- DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

14.1 - Direitos da Contratante

14.1.1 - Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, conforme as condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

14.1.2 - Fiscalizar a execução da apólice de seguro, inclusive o atendimento às condições, coberturas e prazos estabelecidos;

14.1.3 - Rejeitar propostas, documentos ou serviços prestados pela contratada em desacordo com as condições contratadas;

14.1.4 - Aplicar penalidades previstas em caso de inadimplemento contratual, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

14.1.5 - Rescindir o contrato nas hipóteses legais, com ou sem aplicação de penalidades, conforme o caso.

14.2 - Obrigações e Responsabilidades da Contratante

14.2.1 - Efetuar o pagamento do prêmio à contratada, conforme valores, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

14.2.2 - Fornece todas as informações necessárias para emissão, manutenção e eventual regulação de sinistros da apólice;

14.2.3 - Comunicar à contratada quaisquer alterações relevantes nos veículos segurados, quando exigido pela legislação ou pelas condições gerais da apólice;

14.2.4 - Garantir à contratada acesso às informações necessárias para regularização de sinistros, quando aplicável.

14.3 - Obrigações e Responsabilidades da Contratada (Seguradora)

14.3.1 - Emitir e manter vigente a apólice de seguro de acordo com as especificações técnicas, coberturas, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

14.3.2 - Prestar atendimento aos sinistros dentro dos prazos e condições definidos na legislação e nas normas da SUSEP, garantindo análise adequada e tempestiva;

14.3.3 - Cumprir integralmente as coberturas contratadas, incluindo indenizações, assistências e demais serviços previstos;



14.3.4 - Arcar com todos os custos relacionados ao atendimento da apólice, inclusive assistência 24 horas, guincho, remoção e demais serviços previstos na cobertura;

14.3.5 - Responder por perdas e danos causados à Administração decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato ou do descumprimento das condições da apólice;

14.3.6 - Observar todas as normas técnicas, regulamentares e de segurança aplicáveis ao setor de seguros, incluindo a legislação expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e demais normativos correlatos, mantendo regularidade e autorização de funcionamento durante toda a vigência contratual.

14.3.7 - **Proteção de dados, coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis:

14.3.7.1 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

14.3.7.2 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

14.3.7.2.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE.

14.3.7.2.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

14.3.7.3 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento

14.3.7.4 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

14.3.7.5 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

14.3.7.6 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

14.3.7.7- A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

14.3.7.8 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança

14.3.7.9 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável

14.3.7.10 - **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

14.3.7.11 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

14.3.7.12 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

14.3.7.13 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

14.3.7.14 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

14.3.7.15 - **Eliminação.** Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.2 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.3 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.5 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) conforme o caso;

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;



2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do instrumento contratual, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1 - O licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou em relação ao item pertinente, mediante apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando aplicável, emitidos pelo conselho profissional competente, devendo abranger especificamente a prestação de serviços de **seguro veicular**.

3.1.1 - Para fins de comprovação, os atestados deverão atender, no mínimo, às seguintes condições:

(a) Prestação de serviços de **apólice de seguro veicular**, contemplando cobertura de veículos de frota ou individual;

(b) Indicação de, no mínimo, **1 (uma) apólice de seguro veicular** com características equivalentes ao objeto da contratação;

3.2 - Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, equivalendo, para fins de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou de qualquer filial da empresa licitante.

3.4 - Caso o licitante apresente atestados emitidos em favor de consórcio do qual tenha participado, deverão ser observados os §§ 10 e 11 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

3.5 - O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da legitimidade dos atestados, incluindo, quando solicitado pela Administração: cópia do instrumento contratual, endereço atual da contratante, local de prestação dos serviços e demais documentos pertinentes.

3.6 - O licitante deverá apresentar declaração de conhecimento de todas as informações e condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.6.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

3.6.2 - O licitante deverá apresentar autorização ou registro válido expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, compatível com a atividade a ser desempenhada, nos termos da regulamentação aplicável ao setor de seguros. Para fins de comprovação, estabelecem-se as seguintes disposições:



- (a) Os **produtos de seguro relacionados ao objeto** deverão possuir, quando exigido pela legislação vigente, **registro ou aprovação específica na SUSEP**, conforme normas emanadas daquele órgão regulador;
- (b) O licitante deverá **demonstrar atendimento integral às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e da SUSEP**, compatíveis com a sua atividade econômica e com o ramo de atuação necessário ao fiel cumprimento do objeto contratado;
- (c) A documentação apresentada deverá **atestar a habilitação legal do licitante perante a SUSEP**, em conformidade com a natureza da atuação requerida, evidenciando que a empresa encontra-se devidamente autorizada e apta a operar nas atividades inerentes ao presente objeto.

4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

4.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – DETALHAMENTO DO SEGURO

A apólice de seguro deverá cobrir os sinistros que vierem a ocorrer com os caminhões, caminhonetes e furgão que integram a frota oficial da SEDU, conforme as especificações e nos valores descritos na tabela a seguir:

Especificação do Veículo	Caminhão Agrale A 10.000, fabricação 2016, Placa PPV 1000	Caminhão WV, Constellation, fabricação 2019, Placa QRJ 3J27	Caminhão WV, delivery, fabricação 2021, Placa RQR9D17	Caminhão WV, delivery, fabricação 2021, Placa RQR9D18	Caminhão WV, Constellation, fabricação 2019, Placa QRJ 3I99	Caminhão M.BENZ ATEGO Fabricação, 2022 , placa RBH4J55
Vr. mínimo para a cobertura da carroceria (baú em alumínio para carga seca)	R\$ 40.000	R\$ 120.000	R\$ 140.000	R\$ 140.000	R\$ 120.000	R\$ 120.000
Vr. mínimo para a cobertura do casco	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE
Vr. mínimo para a cobertura de APP (*1) por morte	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Vr. mínimo para a cobertura de APP (*1) por invalidez	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Vr. mínimo para a cobertura de RCFV (*2) por danos materiais	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Vr. mínimo para a cobertura de RCFV (*2) por danos pessoais	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Vr. Máximo admitido para a franquia	R\$ 10.000	R\$ 15.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 15.000	R\$ 20.000
Vr. Mínimo para a cobertura de Danos Morais	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
	(*1) APP: Acidentes Pessoais a Passageiros					
	(*2) RCFV: Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo					



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Especificação do Veículo	Caminhão M. BENZ ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H34	Caminhão M. BENZ ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H36	Caminhão M. BENZ ATEGO fabricação 2022, Placa RBH6H43	Caminhonete MITSUBISHI L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ8E14	Caminhonete MITSUBISHI L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ6E10	Caminhonete MITSUBISHI L200/TRITON fabricação 2022, Placa SFQ8E17
Vr. mínimo para a cobertura da carroceria (baú em alumínio para carga seca)	R\$ 120.000	R\$ 120.000	R\$ 120.000	-	-	-
Vr. mínimo para a cobertura do casco	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE
Vr. mínimo para a cobertura de APP (*1) por morte	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Vr. mínimo para a cobertura de APP (*1) por invalidez	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Vr. mínimo para a cobertura de RCFV (*2) por danos materiais	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Vr. mínimo para a cobertura de RCFV (*2) por danos pessoais	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Vr. Máximo admitido para a franquia	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000
Vr. Mínimo para a cobertura de Danos Morais	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
	(*1) APP: Acidentes Pessoais a Passageiros					
	(*2) RCFV: Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo					
Especificação do Veículo	Caminhão Renault /Master Pro L2 Fabricação	Caminhão Agrale A 8700 P8, fabricação 2023, Placa SGD0C14	Caminhão Agrale A 8700 P8, fabricação	-	-	-



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

	2023, placa SGF3B32		2023, Placa SGD0C21			
Vr. mínimo para a cobertura da carroceria (baú em alumínio para carga seca)	R\$ 40.000	R\$ 40.000	R\$ 40.000	-	-	-
Vr. mínimo para a cobertura do casco	100% FIPE	100% FIPE	100% FIPE	-	-	-
Vr. mínimo para a cobertura de APP (*1) por morte	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	-	-	-
Vr. mínimo para a cobertura de APP (*1) por invalidez	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	-	-	-
Vr. mínimo para a cobertura de RCFV (*2) por danos materiais	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	-	-	-
Vr. mínimo para a cobertura de RCFV (*2) por danos pessoais	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 200.000	-	-	-
Vr. Máximo admitido para a franquia	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	-	-	-
Vr. Mínimo para a cobertura de Danos Morais	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	-	-	-
	(*1) APP: Acidentes Pessoais a Passageiros					



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

____ de _____ de ____.

PREGÃO Nº ____/____

Empresa: (Nome da Empresa)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura)



DADOS DO LICITANTE VENCEDOR		
NOME DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE VENCEDOR:		
Nº DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE VENCEDOR:		
CPF DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE VENCEDOR:		
NACIONALIDADE:	ESTADO CIVIL:	
CONDIÇÃO JURÍDICA DO REPRESENTANTE:		
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE VENCEDOR:		
INDICAÇÃO DO PREPOSTO: (NOME COMPLETO, CPF e CARGO)		
XX		
DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA (CREDOR)		
NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:		
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA:		
ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:	E-MAIL:	TEL:
BANCO _____	AGÊNCIA Nº _____	NÚMERO DA CONTA: _____

(Nome do representante e assinatura)



ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/____

Pregão nº ____/____

Processo nº ____/____

ID CiudadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E A EMPRESA _____ PARA O FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA OS 15 (QUINZE) CAMINHÕES DA FROTA PRÓPRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDU), INCLUINDO COBERTURAS DE CASCO, DANOS MATERIAIS, DANOS CORPORAIS, MORTE, INVALIDEZ, DANOS MORAIS, VIDROS, FRANQUIA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da Secretaria de estado da Educação, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher), com sede na **(endereço completo)**, representada legalmente pelo seu **(cargo e nome)**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº _____, de ____ de _____ de 20__ (preencher), publicada no DIO de ____ de _____ de 20__ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº _____ (preencher) e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO para o fornecimento de apólice de seguro para os 15 (quinze) caminhões da frota própria da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), incluindo coberturas de casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, vidros, franquia e assistência 24 horas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de apólice de seguro para os 15 (quinze) caminhões da frota própria da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), incluindo coberturas de casco, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez, danos morais, vidros, franquia e assistência 24 horas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de R\$ ____ (_____).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será 10/2025.

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V(I - I^0)}{I^0} \text{ onde:}$$

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.7 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.8 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela



legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.9 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.10 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

2.11 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

2.12 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação: Programa de Trabalho nº 10.42.101.12.122.0032.2175, Natureza nº 339030 e Fonte 500 do orçamento da SEDU para o exercício de 2025.

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à Contratante:

- 8.1.1 - Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, conforme as condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- 8.1.2 - Fiscalizar a execução da apólice de seguro, inclusive o atendimento às condições, coberturas e prazos estabelecidos;
- 8.1.3 - Rejeitar propostas, documentos ou serviços prestados pela contratada em desacordo com as condições contratadas;
- 8.1.4 - Aplicar penalidades previstas em caso de inadimplemento contratual, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;
- 8.1.5 - Rescindir o contrato nas hipóteses legais, com ou sem aplicação de penalidades, conforme o caso.
- 8.1.6 - Efetuar o pagamento do prêmio à contratada, conforme valores, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;
- 8.1.7 - Fornecer todas as informações necessárias para emissão, manutenção e eventual regulação de sinistros da apólice;
- 8.1.8 - Comunicar à contratada quaisquer alterações relevantes nos veículos segurados, quando exigido pela legislação ou pelas condições gerais da apólice;
- 8.1.9 - Garantir à contratada acesso às informações necessárias para regularização de sinistros, quando aplicável.

8.2 - Compete à Contratada:

- 8.2.1 - Emitir e manter vigente a apólice de seguro de acordo com as especificações técnicas, coberturas, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;
- 8.2.2 - Prestar atendimento aos sinistros dentro dos prazos e condições definidos na legislação e nas normas da SUSEP, garantindo análise adequada e tempestiva;
- 8.2.3 - Cumprir integralmente as coberturas contratadas, incluindo indenizações, assistências e demais serviços previstos;
- 8.2.4 - Arcar com todos os custos relacionados ao atendimento da apólice, inclusive assistência 24 horas, guincho, remoção e demais serviços previstos na cobertura;
- 8.2.5 - Responder por perdas e danos causados à Administração decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato ou do descumprimento das condições da apólice;
- 8.2.6 - Observar todas as normas técnicas, regulamentares e de segurança aplicáveis ao setor de seguros, incluindo a legislação expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e demais normativos correlatos, mantendo regularidade e autorização de funcionamento durante toda a vigência contratual.

8.3 - Da Proteção de Dados Pessoais.

- 8.3.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

8.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

8.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

8.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

8.3.4 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

8.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

8.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.3.10 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da



observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

8.3.11 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

8.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

8.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

8.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

8.3.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Eventuais falhas de execução, inexecução parcial ou total da apólice de seguro contratada estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 - Considera-se infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial da apólice;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- b) Der causa à inexecução parcial que acarrete grave dano ao patrimônio segurado ou ao interesse público;
- c) Der causa à inexecução total da apólice;
- d) Retardar a execução ou emissão de coberturas sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declarações falsas durante a vigência da apólice;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do seguro;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

10.3 - As sanções aplicáveis às infrações acima incluem:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 10.2, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 10.2, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021)
- d) Multa:

10.3.1 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

10.3.2 - O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do instrumento de contratação por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

10.3.3 - multa compensatória: 3% do valor do instrumento de contratação;

10.3.4 - multa por inexecução total do instrumento contratual: 10% do valor do instrumento de contratação;

10.3.5 - multa para infração da alínea “b”: 3% do valor do instrumento de contratação;

10.3.6 - multa para infrações da alínea “d”: 1% do valor do instrumento de contratação;

10.3.7 - multa para infração da alínea “a”: 1% do valor do instrumento de contratação.

10.4 - A aplicação das sanções previstas no instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.5 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 10.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.6 - Caso o valor das multas aplicadas e das indenizações devidas seja superior ao montante eventualmente a pagar pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

10.7 - Antes do encaminhamento para cobrança judicial, a multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da notificação formal expedida pela autoridade competente.

10.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos, do art. 158, da Lei Federal nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.8.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.8.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.8.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 10.3 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

10.8.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.8.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

10.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

10.11 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.13 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e às indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.13.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.14 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento contratual, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO



12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante

Representante (nome completo)

Nome da Contratada

Representante (nome completo)